



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

Às 15:00 horas do dia 23 de março de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO DA REITORIA Nº 1031/2022 de 15/09/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 23111.038552/2022-60, para realizar os procedimentos relativos a análise e decisão de recurso impetrado no Pregão Eletrônico nº 05/2023.

REFERENTE: ITENS 2 e 14

RECORRENTE: CNPJ: 49.004.730/0001-50 - **Razão Social:** GOMES BRAGA DISTRIBUIDORA LTDA

RECORRIDA: CNPJ: 45.530.189/0001-62 - **Razão Social:** A B F DE SOUSA SANTOS LTDA

PARECER DE DECISÃO DO RECURSO

A impetrante GOMES BRAGA DISTRIBUIDORA LTDA, registrado sob CNPJ Nº 49.004.730/0001-50, apresentou intenção de recurso administrativo no Pregão Eletrônico nº 05/2023, cujo objeto do certame é escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo e de água mineral, para suprir as necessidades de todos os setores da Universidade Federal do Piauí (sede e campi), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Quanto ao Recurso, o Edital do PE 05/2023 regula o seguinte:

“11 DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.”

DECISÃO DO RECURSO

Imperioso ressaltar que todos os julgados da Administração Pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e **julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações

probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifo nosso).

Ressalta-se também que tal disposição é corroborada pelo Disposto no art. 2º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 2º. O Pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Analisando a manifestação de recurso impetrado, o pregoeiro com a equipe de apoio da Comissão de Licitação discorre o seguinte:

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE:

1. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA (ITENS 2 e 14)

A recorrente solicita inabilitação da recorrida, com as seguintes alegações:

“A EMPRESA 45.530.189/0001-62 A B F DE SOUSA SANTOS LTDA, NAO APRESENTA ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM RELAÇÃO A VENDA E OU ENTREGA DE AGUA MINERAL (ASSIM COMO ORIENTADO PELO ITEM 9.14.1 DO REFERIDO EDITAL), APRESENTA SIM ATESTADO COM RELAÇÃO A OUTROS SERVIÇOS. PORTANTO NAO DEMONSTRA CONDIÇÕES PARA PRESTAR TAL SERVIÇO.”

Ante o exposto, assim passam a discorrer o pregoeiro e a equipe de apoio:

A recorrente alega que o atestado da empresa A B F DE SOUSA SANTOS LTDA não satisfazem a cláusula 9.14.1. do Edital.

Ante o exposto, fica claro que a Lei 8.666/93, no seu art. 30, junto aos seus parágrafos e incisos, estabelece rol taxativo de exigências técnicas, destacando que há vedação legal quanto à exigência de “comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos”. Em vista disso, destaca-se o Voto do condutor do Acórdão TCU 410/2006, que considera excessiva a exigência de que a licitante tenha executado o serviço no mínimo igual ao do objeto contratado, devido ao fato de que exigira dos interessados uma condição que ultrapassaria os critérios razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a competitividade do certame.

Vejamos o que dizem os itens 9.14.1 e 9.14.1.1 do Edital:

“GRIFO DO EDITAL

9.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão referir-se ao fornecimento de materiais no âmbito de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações

sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.”

É necessário destacar que o Edital exige “características, quantidades e prazos **compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente**”. Deixando claro que os atestados não precisam referir-se ao item em questão, podendo guardar compatibilidade com o objeto do Pregão Eletrônico. É questão de fácil entendimento pois seria desproporcional e irrazoável exigir que um licitante apresentasse um atestado para cada item em que se sagrasse vencedor da fase de lances.

Ademais, conforme os subitens 9.14.1 e 9.14.1.1 do Edital a recorrente equivoca-se ao alegar que os atestados apresentados pela recorrida não sejam compatíveis com o objeto desta licitação. Referida conclusão advém do errôneo entendimento de que para satisfazer as exigências do Edital seria necessário haver idêntica/exata correspondência entre a descrição do item a ser adquirido e o conteúdo dos atestados fornecidos pela recorrida. Contudo, o emprego de excessivo rigor e especificidade na aferição da qualificação técnica durante a habilitação resultaria em injustificada restrição da competitividade, excesso de formalismo e prejuízo aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da razoabilidade, já que o Edital e a legislação não exigem esse elevado grau de rigor e especificidade.

Sobre o tema o Tribunal de Contas de São Paulo em sua Súmula 30 vedou o excesso de rigor e especificidade quando da aferição da qualificação técnica. As exigências de atestado no edital, referem-se à pertinência e à compatibilidade com objeto. Portanto, para aferir a capacidade técnica, a exigência dos atestados com relação ao objeto deverá ser feita de forma genérica e não específica. Por exemplo: se o objeto da licitação é a construção de uma escola. Não se deve exigir no atestado de capacidade técnica que o licitante tenha construído “uma escola”. Ele poderá ter feito outros tipos de edificações – hospitais, prédios, escritórios, etc. – que tenham as mesmas características, dimensões e parcelas de relevância do objeto licitado.

2. DAS CERTIDÕES DO SÓCIO MAJORITÁRIO

A recorrente solicita inabilitação da recorrida com as seguintes alegações:

“NÃO APRESENTOU AS CERTIDÕES DE IDONEIDADE RELATIVAS AO SEU SÓCIO MAJORITÁRIO, COMO EXIGE O ITEM 9.2 DO EDITAL, BASEADO NO artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992. PORTANTO A EMPRESA NÃO REUNI TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA SER HABILITADA E PARTICIPAR DA LICITAÇÃO.”

Ante o exposto, assim passam a discorrer o pregoeiro e a equipe de apoio:

Inicialmente destacamos o que ditam os itens 9.1 e 9.2 do Edital:

“GRIFO DO EDITAL

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro verificará** o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(...)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações

proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. (grifo nosso)”

A simples leitura do item 9.1 denota o entendimento de que as consultas aos cadastros solicitados no pregão eletrônico serão realizadas pelo pregoeiro, de modo a conferir o cumprimento das condições de participação no certame.

Isto posto, esta comissão de licitação realizou a consulta aos cadastros solicitados no item 9.1 do Edital, tanto no nome da empresa como de seus sócios majoritários. Tal documentação pode ser consultada no [SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufpi.br\)](http://SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (ufpi.br)) da Universidade Federal do Piauí. Para consultar basta clicar no link aqui inserido ([SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos \(ufpi.br\)](http://SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (ufpi.br))), acessar a aba “Processos” e digitar o seguinte número de processo administrativo: 23111.038552/2022-60.

Pelas fundamentações já expostas pela Comissão, fica claro não haver respaldo legal nas alegações apresentadas pela recorrente, tendo em vista que a empresa A B F DE SOUSA SANTOS LTDA cumpriu os requisitos exigidos no edital.

CONCLUSÃO

Ante o exposto acima, esta Comissão regida e pautada pelos princípios constitucionais e correlatos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, competitividade, segurança da contratação e finalidade pública, junto à equipe de Pregoeiros e de Apoio, decidem por unanimidade de seus membros o indeferimento por serem IMPROCEDENTES as alegações do recurso da recorrente GOMES BRAGA DISTRIBUIDORA LTDA, mantendo inalterado o resultado da licitação para os itens 02 e 14. Ademais, submete-se os autos a apreciação da autoridade competente, SALVO O MELHOR JUÍZO.

Teresina-PI, 24 de março de 2023.

ROMULO JOSE PEREIRA LIMA
Pregoeiro Oficial

YONARA ALVES ROCHA
Equipe de Apoio

JESSICA DE OLIVEIRA LEITE
Equipe de Apoio

VANECY MATIAS DA SILVA
Equipe de Apoio